

# Credores querem a reabertura das operações de "re-lending"

por Maria Clara R.M. do Prado  
de Brasília

Um importante e delicado passo poderá ser dado nesta semana, em Nova York, pelo presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, com relação a um dos aspectos considerados como mais polêmicos dentro do pacote de renegociação plurianual da dívida externa do País.

Os entendimentos que estão sendo desenvolvidos com o comitê assessor da dívida brasileira — com vistas a ampliar o prazo de vigência da fase II, envolvendo os compromettimentos nas linhas de curto prazo — dependem de determinadas concessões: os credores querem fazer uso, para re-empréstimos ("re-lending") internos, de parte dos recursos das amortizações deste ano que se encontram retidas no Banco Central.

Até aqui, estas amortizações, cujo valor é estimado em pouco mais de US\$ 6 bilhões, estão mantidas sob regime de congelamento. Esperava-se que fosse fechado o acordo plurianual, que vai reescalonar por prazo de dezesseis anos o principal de US\$ 45,3 bilhões da dívida que vence entre 1985 e 1991, para liberar aquele dinheiro internamente. A pressão dos bancos credores pela abertura ao re-empréstimo das amortizações referentes a 1985 vem, no entanto, crescendo a cada etapa de prorrogação dos termos da fase II e atingiu, desta vez, expressão ainda maior diante da pretensão brasileira de obter o prazo de 180 dias de comprometimento dos credores na manutenção de suas posições nas linhas de curto prazo — crédito de comercialização e depósitos no interbancário de agências de bancos brasileiros no exterior.

## DISPOSIÇÃO

Lemgruber partiu para os Estados Unidos preparado. Existe uma disposição no sentido de liberar para "re-lending" os depósitos efetuados neste ano na conta que os bancos internacionais mantêm junto ao Banco Central, com possibilidades de um corte no tempo — abrangendo, neste caso, um determinado período do ano — e de restrições a nível de tomado-

res finais, cujo grande universo é partilhado entre as empresas estatais, os estados e os municípios.

A questão não deixa de ser polêmica dentro do governo. Alguns setores da área econômica fazem sérias restrições a uma concessão, como querem os credores (enquanto o dinheiro fica retido no Banco Central (BC), eles deixam de ganhar remunerações adicionais), com receio de que o governo venha a perder o controle sobre o esquema do "re-lending". Afinal, chegou a ser objeto de consenso a necessidade de se introduzir uma alteração no mecanismo do reempréstimo, dentro dos termos a serem negociados com os bancos com respeito à fase III, da renegociação plurianual.

A Secretaria de Planejamento (Seplan) da Presidência da República teme, particularmente, que a abertura para reempréstimo interno das amortizações deste ano redunde em um maior descontrole na área dos gastos públicos. Por mais que a Secretaria Especial de Controle de Empresas Estatais (Sest) exerça uma severa administração nas emissões dos avisos de prioridade — que dão ao setor público condição para tomarem empréstimos externos com vistas à rolagem da dívida —, este governo ainda sofre o forte impacto gerado pela desenfreada emissão da-

queles avisos, no final da administração passada.

## ALÍVIO

Do ponto de vista do gerenciamento da política monetária, uma abertura para o "re-lending", abrangendo este ano, sem dúvida aliviaria a pressão que as contas externas estão exercendo sobre a emissão primária de moeda e sobre a colocação de títulos da dívida pública no mercado destinada a financiar o déficit do governo.

De modo mais expressivo, o impacto sobre a expansão monetária é sentido pelo não pagamento dos compromissos assumidos pelo setor público na tomada dos empréstimos-ponte, junto ao Banco do Brasil, destinados a quitar os juros da dívida contraída externamente. Estes empréstimos, regulados pelo Aviso MF-30 (ou MF-09, que o sucedeu), registraram em julho um saldo de Cr\$ 25,9 trilhões diante da posição bem mais modesta de Cr\$ 5,6 trilhões apurada ao final de dezembro passado. E fato que este saldo traz embutido a correção monetária contabilizada sobre estes empréstimos ao final de cada semestre — e cuja parcela é automaticamente registrada na rubrica de fundos e programas do BC com efeito monetário contracionista. Deste modo, o impacto líquido sobre a base, apurado entre janeiro e julho, fica reduzido para Cr\$ 10,5 trilhões, valor este

que não deixa de assustar o BC.

## REDUÇÃO

Na medida em que exista maior disponibilidade de recursos externos para atender à forte demanda do setor público, o Banco Central acredita, no entanto, que aquele valor seja reduzido ao longo dos próximos meses. Isto porque o setor público sacaria das contas de depósitos em moeda estrangeira, reguladas pela Resolução nº 479, e quitaria automaticamente seus compromissos de empréstimos tomados junto ao Banco do Brasil. O mecanismo fica facilitado pelo recente aviso administrativo do Ministério da Fazenda que vincula o desembolso daqueles depósitos ao pagamento da dívida assumida junto às autoridades monetárias.

É possível, no entanto, que um meio-termo seja extraído das conversas de Lemgruber com os credores. Consta da pauta das alternativas a possibilidade de estender, além do dia 30 de setembro, o prazo do reempréstimo interno para as amortizações referentes à fase II, embora a reserva de recursos não seja tão expressiva. No início deste mês, o saldo disponível para reempréstimo das amortizações roladas no ano passado era de US\$ 3,5 bilhões, com uma larga fatia já comprometida entre os banqueiros e os tomadores finais.